CEDI
PO
LUX-JORNAL
190
H2R002221
105

Denúncias contra CIMI têm reflexos na Igreja

Mas nos meios políticos o caso também repercute e pode mudar rumos da discussão indígena

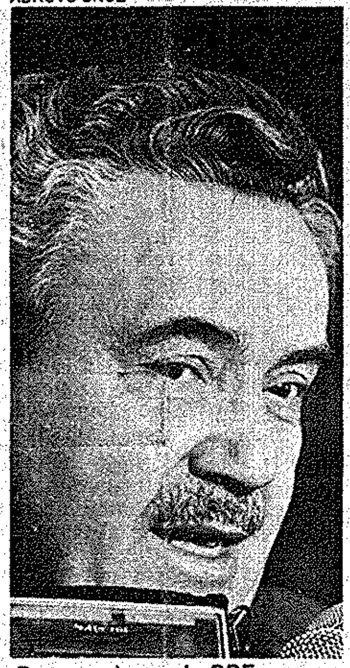
Um cisma ideológico gradual e silencioso, dentro da CNBB. Uma igualmente silenciosa revisão do papel, orientação e autonomia dos chamados "órgãos anexos" (CIMI, CPT, etc) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. A revisão pelo Governo Federal de alguns dos dispositivos que regulam o trânsito e o trabalho de missionários junto às comunidades indígenas no País. E a mudança no enfoque do assunto dentro dos trabalhos em desenvolvimento pela Assembléia Nacional Constituinte.

Em síntese, estas poderão ser as maiores conseqüências das denúncias lançadas pelo jornal **O Estado de S. Paulo** no último dia 9, a respeito das pressões de empresas e entidades estrangeiras visando a impedir o Brasil de explorar os recursos minerais existentes em áreas indígenas, bem como tentar introduzir na futura Constituição o conceito de "soberania restrita" no que toca às terras dos índios.

Ao longo de toda a semana, um número crescente de órgãos de imprensa passou a ocupar-se do tema, ao lado de constituintes, entidades de classe, lideranças empresariais, autoridades militares e da Igreja, órgãos governamentais e também da instituição mais acusada — o Conselho Indigenista Missionário — surgindo informações e revelações que acabaram transformando esses sete dias na semana negra do CIMI brasileiro.

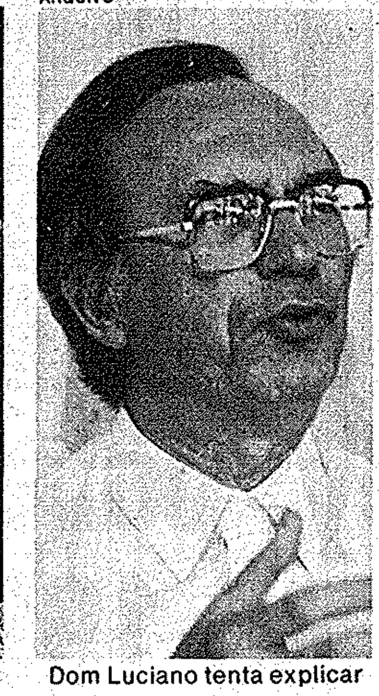
Círculos da própria Igreja apontam para o silêncio de cardeais e bispos como um dos indícios mais eloqüentes de que se aproxima um agudo processo de revisão crítica das posturas e trabalhos dos órgãos anexos da CNBB. Já fontes governamentais consideraram "extremamente graves" as denúncias feitas pela Funai, a respeito do uso por alguns missionários de trabalho escravo, além da prática de contrabando de pedras preciosas e arte indígena. Aqui apresentamos uma radiografia da evolução do caso e suas prováveis conseqüências.

ADAUTO CRUZ

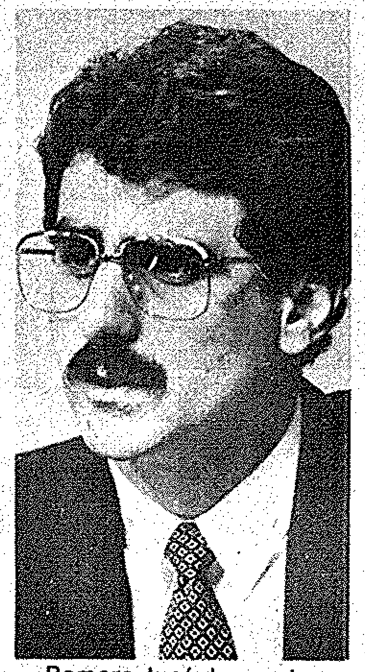


Brossard manda DPF apurar

ARQUIVO

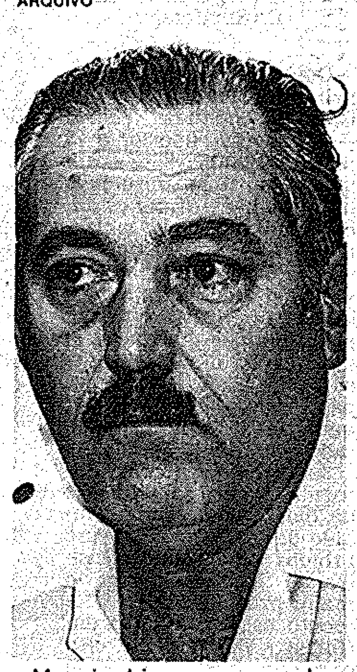


Dom Luciano tenta explicar



Romero Jucá denuncia

ARQUIVO



Moreira Lima preocupado

Na Constituinte, surgem as propostas de consenso

Se o deputado Bernardo Cabral realmente resolver aceitar as sugestões de consenso recebidas de grupos moderados e progressistas de constituintes, reunidas no chamado "projeto Hércules", a questão do índio na nova Constituição não será tratada como quer o CIMI.

Coordenados pelo senador José Richa (PMDB-PR) e deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), mais de uma centena de constituintes aprovaram uma sugestão de substitutivo que em muito se aproxima do objetivo do relator da Comissão de Sistematização. Cabral pretende incorporar as sugestões consensuais, reduzir o projeto de constituição para algo em torno de 250 artigos e deixar para discussão em plenário apenas os temas mais polêmicos e sobre os quais não houver entendimento.

A esta altura dos trabalhos, apenas as questões da estabilidade no emprego, reforma agrária, duração do mandato presidencial e natureza do regime (presidencialismo ou parlamentarismo) parecem pontos de difícil composição.

Já a questão do índio caminha para um consenso onde se procura situar os princípios gerais de respeito à raça e preservação das áreas ocupadas, deixando-se para a legislação ordinária as questões de regulamentação sobre a melhor forma de exploração dos recursos minerais das reservas indígenas. O projeto de Constituição, no entanto, deverá consagrar a possibilidade dessa exploração, submetida a uma prévia autorização pela comunidade indígena e à divisão dos resultados desse trabalho com essa mesma comunidade.

POLÊMICA

Com as denúncias da imprensa em torno de ações do CIMI que visariam restringir a soberania nacional sobre as áreas indígenas e vedar a possibilidade de aproveitamento mineral de seu subsolo, a Assembléia Constituinte viveu uma semana particularmente agitada. A polêmica em torno desse assunto chegou ao ponto de quase 200 assinaturas para a constituição de uma CPI terem sido colhidas em apenas 3 dias.

E os parlamentares tomavam partido, independente de seus partidos. O assunto era uma questão de consciência. Daí porque foi possível observar constituintes do PMDB, PFL, PL, PDS, PTB e outros partidos menores, na crítica às intenções do CIMI e no repúdio às intenções denunciadas pelo Estado de S. Paulo. Muitos parlamentares progressistas, de diversos partidos situados nitidamente à esquerda, demonstravam dúvidas diante da questão e evitaram sistematicamente uma tomada de posição mais clara.

Na defesa intransigente do CIMI, por outro lado, destacaram-se constituintes como Plínio de Arruda Sampaio, do PT, e Alceni Guerra, do PFL paranaense. Guerra, inclusive, viveu a experiência de ser notícia (em defesa do CIMI e criticando as denúncias) no mesmo dia em que o Estado publicava trechos de um relatório do CIMI (elaborado por Julio Gaiger) em que ele era citado nominalmente como o melhor homem do órgão em atuação dentro da Constituinte.

Ao lado da aprovação de uma comissão parlamentar de inquérito, a Constituinte também deverá encaminhar requerimento de informações do senador Odacir Soares ao Executivo. A intenção do representante de Rondônia é avaliar as *informações para identificar a eventual necessidade de propor um projeto de resolução (decisão)* ao plenário da Constituinte.

Em um dos mais fortes pronunciamentos em torno do problema, o deputado José Dutra (PMDB-AM), falando na condição de presidente do diretório do partido no estado, descendente de índios e representante de uma região onde a questão é mais importante, denunciou que a soberania nacional "vem sendo violada de forma mesquinha, brutal por forças internacionais, alienígenas, que querem a qualquer preço conter o processo de desenvolvimento econômico de nosso País". Dutra defendeu o repúdio a essas tentativas do Conselho Mundial de Igrejas e do CIMI e o aproveitamento racional das riquezas minerais brasileiras, por empresas privadas nacionais.

"QUEIMAR A EMENDA"

Ao falar da tribuna da Constituinte na tarde de ontem, o deputado Nilson Gibson (PMDB-PE) fez outro longo e inflamado discurso, convocando os brasileiros a defenderem a Pátria e a Constituinte, queimando em praça pública a "famigerada Emenda Austríaca, pela qual cidadãos estrangeiros interferem em nossos destinos".

Depois de acentuar que "não é movido pelo impulso que estou nesta tribuna a chicotear os vendilhões do Brasil", o deputado do pernambucano destacou que "na esteira dessa Emenda Austríaca, fatos estarrecedores chegam-nos ao conhecimento diário, através da imprensa nacional". Em função disso, ele proclamou, ontem, a imprensa brasileira como "Constituinte de Honra".

Gibson elogiou o jornal O Estado de S. Paulo, por ter investigado as forças internas que "com aliados externos queriam influir no texto da Constituição Brasileira". Ele relembrou palavras do cardeal Vicente Scherer para enfatizar a gravidade *das denúncias trazidas a público*.

Ao historiar a evolução das denúncias e a gravidade "dos *fatos apurados*", Nilson Gibson destaca informação levada à Constituinte pelo deputado Gabriel Guerreiro (PMDB-PA), que é geólogo e revelou: coincidente com a atuação do CIMI, a partir de 1981, os índios que ocupavam na Amazônia terrenos sedimentares, cujo subsolo é menos rico em minerais, foram sendo deslocados e hoje ocupam áreas de terrenos pré-cambrianos, de subsolo mais rico em minerais nobres.

Ao concluir, Nilson Gibson conclamou os demais constituintes a formarem "um só corpo na defesa integral dos interesses do Brasil".

CNBB passará por revolução

Instituição milenar, a Igreja cultiva o hábito de administrar seus problemas e dilemas com a maior discrição possível. No Brasil esse costume tembém impera. Mas apesar do silênico, círculos da própria Igreja já prevêem um agudo processo interno de revisão crítica, no âmbito da Conferênica Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da atuação, procedimentos e autonomia dos chamados órgãos "anexos". Especialmente o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

O espírito de corpo foi o responsável pela defesa que a CNBB está fazendo do CIMI, segundo alguns dos mais profundos conhecedores do órgão e seus dirigentes. Calar-se equivaleria a um reconhecimento prévio e irrestrito de culpa. A ausênica dos "príncipes" da Igreja no Brasil, contudo, é apontada como indicador seguro da contrariedade reinante entre bispos e cardeais brasileiros.

ARQUIVO

Dom Scherer volta a falar

ARQUIVO

Dom Evaristo, calado

Com sua franqueza habitual, o cardeal Vicente Scherer, de Porto Alegre, foi um dos poucos a comentar as denúncias contra o trabalho do CIMI, publicamente. Ele repudiou os planos e objetivos atribuídos ao Conselho Indigenista e suas aludidas ligações com o Conselho Mundial de Igrejas. Dom Scherer acrescentou, ainda, uma outra denúncia grave ao contencioso aberto com a CNBB: a Comissão Pastoral da Terra teria recebido uma doação de 200 mil marcos de instituições alemãs de solidariedade, dinheiro esse que estaria fomentando invasões de terra e até uma possival compra de armas para os sem-terra.

Líderes nacionais da igreja, como Dom Paulo Evaristo Arns, Ivo Lorscheiter ou Eugenio Sales, mantiveram-se retraídos durante toda a semana. Em Brasília, o nervosismo dos dirigentes da CNBB e do CIMI foi visível ao longo de toda a semana. A profusão de nomes, cargos, entidades, atas, informes, relatórios e comentários atribuídos pelo "Estado" ao CIMI, Conselho Mundial de Igrejas e associação de produtores de estanho, com monótona precisão, mereceu invariáveis contestações genéricas e adjetivadas.

A decisão da CNBB em processar o jornal paulista, pou outro lado, implica uma conseqüência igualmente desagradável e indesejável para a entidade e o trabalho de seus órgãos anexos: o assunto permanecerá em pauta por muito tempo. Se o volume e a gravidade das acusações não deixava outra alternativa — o processo tentará conter a provável escalada no rigor com que os diversos órgãos governamentais deverão passar a tratar o trabalho dos missionários — não é sem risco que a CNBB recorre aos tribunais.

O processo manterá um foco de luz permanete sobre todas as atividades do CIMI e exporá seu trabalho e seus dirigentes a exames e investigações em escala microscópica, afirmam esses especialistas em CNBB. Em definitivo resulta que este episódio estabelecerá um verdadeiro divisor de águas no trabalho que órgãos como o CIMI e a CPT vinham realizando no País.

Tão logo seja possível aos dirigentes da Igreja recuperarem a costumeira discrição sobre seus movimentos e decisões, o processo de revisão e mudanças nas atitudes desses órgãos deverá começar. Mediante procedimentos naturais de rodízio, promoção ou atribuição de novas missões, também os quadros dirigentes deverão sofrer mudanças. A direção dessas alterações, no entanto, somente serão ditadas pela corrente que for vitoriosa no processo interno de reavaliação crítica.

Conhecedores experientes da "praxis" da Igreja no Brasil, indicam o processo gradual de discussões de base em torno da preparação dos grandes encontros da CNBB em Itaici (palco das grandes reuniões da CNBB, situado em Indaiatuba, perto de Campinas-SP) como o caminho natural para decantação das posições majoritárias, a partir das quais são operadas as mudanças de linhas de ação e substituição de dirigentes. Nos próximos dois anos, é provável que esse processo transforme o CIMI.

CRONOLOGIA

A síntese desta "semana negra" do CIMI tem a seguinte cronologia:

9/8 — O jornal O Estado de S. Paulo lança a denúncia em manchete, revelando "A conspiração contra o Brasil", abrindo a série batizada de "Os índios na nova Constituição". O ponto de partida para a investigação jornalística foi a "sugestão popular nº 001", que chegou à Constituinte com perto de 47 mil assinaturas de austríacos interessados em vedar qualquer possibilidade de exploração mineral nas terras dos índios brasileiros, bem como fazer com que o novo texto constitucional reconhecesse o "direito territorial dos índios como os primeiros moradores do Brasil".

O jornal paulista anuncia uma série de reportagens para provar que "a campanha em favor de preservar as terras indígenas de qualquer intromissão do homem branco foi planejada no exterior e financiada por dinheiro depositado no exterior desde 1981". Ele envolve o Conselho Mundial das Igrejas e revela um primeiro documento — a "Diretriz Brasil nº 4 — ano 0", onde se fixa a ideologia da instituição frente à questão indígena brasileira e à possibilidade de exploração dos recursos minerais dessas áreas. O CIMI seria o representante da entidade no Brasil e o órgão executor dos trabalhos estabelecidos.

Uma organização de países produtores de estanho — "Tin Brothers" — com evidente interesse em evitar que o Brasil aumente sua participação no mercado internacional de minérios é indicada na documentação do CIMI como fonte de financiamento de parte da operação.

10/8 — O CORREIO entra no tema, repercutindo a denúncia junto à CNBB e apresentando uma síntese de seus pontos principais. O cônego Celso Pedro da Silva, subsecretário-geral da CNBB, considerou as denúncias "improcedentes". Antonio Brand, secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), negou ter assinado qualquer documento falando em verbas, mas não chegou a dizer que o ofício seria falso. Naquele dia, a CNBB liberaria sua única manifestação oficial a respeito do assunto.

11/8 — O Estadão retoma a série (às segundas-feiras o jornal não circula) com a publicação de novos documentos — informes e atas de reuniões, onde o advogado do CIMI, Julio Gaiger, por exemplo, analisa a evolução dos trabalhos da Constituinte e faz uma análise crítica a respeito de vários deputados e senadores. A ata de uma reunião que teve a participação de leigos e religiosos, sob o comando de Antonio Brand, discutiu asperamente o andamento dos trabalhos da Constituinte, a questão da exploração dos minérios em terras indígenas (inclusive dando conta da divulgação junto à imprensa do desemprego de 100 mil trabalhadores na Malásia, como resultado da política mineral do Brasil). O "digesto" do encontro fixou a preocupação do CIMI com os prejuízos que a venda de estanho brasileiro causava à Malásia.

Ao lado do surgimento mais explícito da tese da "soberania restrita", igualmente no material de O Estadão, o CORREIO dava conta da rejeição do deputado Bernardo Cabral (relator da Comissão de Sistematização) a essa tese, juntamente com a publicação da nota oficial da CNBB a respeito da questão. O jornal O Globo entrou no noticiário, dando conta da intenção de alguns deputados em pedir uma CPI para investigar o assunto e das primeiras reações (sem fixar posições) oficiais a respeito da questão. O jornal carioca igualmente tomou posição editorial, manifestando-se contrário às teses atribuídas ao CIMI e ao Conselho Mundial das Igrejas, bem como noticiou a manifestação da CNBB.

Em sua nota, a CNBB negou as denúncias e considerou o material como um complô contra os direitos dos índios brasileiros. A Conferência Nacional dos Bispos disse que esperaria as demais matérias, para "tomar as medidas judiciais cabíveis".

12/8 — Na seqüência da série, O Estadão divulga documentos relacionando o CIMI com os interesses do "Tin Brothers" (Irmãos do Estanho), o Conselho Internacional do Estanho e a Associação dos Países Produtores de Estanho. Nesse dia, o jornal noticia recomendação do presidente Sarney ao Ministro-Chefe do SNI, no sentido de "acompanhar" a série, enquanto informa que o Ministro da Aeronáutica colocou a FAB "à disposição para levar adiante essa importantíssima denúncia".

Em editorial de primeira página, O Globo volta a opinar sobre a questão, assinalando que "começa a ficar claro que os esforços para manter as terras fronteiriças do País e grande parte da Amazônia à margem do controle da sociedade e do Estado brasileiros obedecem a ordens emanadas do exterior, empenhadas numa rede de objetivos em que se conectam empresas comerciais e organizações criminosas".

Já o CORREIO revelava as preocupações do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) com a gravidade das denúncias, bem como anunciava a intenção do senador Odacir Soares (PFL-RO) em pedir "uma devassa" do Banco Central e da Polícia Federal no CIMI, para averiguar a conexão do órgão com interesses e organizações estrangeiras. O jornal noticiou, igualmente, novos pedidos para formação de comissões parlamentares de inquérito em torno das denúncias.%e2e

13/8 — O Estadão publica novos documentos envolvendo cartas internas e informes do CIMI, analisando e criticando o projeto "Calha Norte" (em desenvolvimento pelo Governo Federal para integrar a região Norte e evitar violações de fronteiras), além de criticar (autocrítica) ações de pessoal religioso e leigo em atividade no campo a serviço do CIMI. Essa edição traz a notícia da entrega das emendas do CIMI na Constituinte. E o teor das emendas apresenta profunda semelhança com o noticiário anterior, a respeito das teses que o órgão pretendia fazer vingar na nova Constituição.

Um comentário do cardeal Vicente Scherer condenou de forma violenta o movimento: "É uma proposta tão abominável que, se tivesse partido de um governo estrangeiro seria talvez o caso de o governo brasileiro responder com um ultimato de declaração de guerra". Também o bispo de Novo Hamburgo, dom Boaventura Kloppenburg, condenou a tese da "soberania restrita" e a tentativa de vedar o aproveitamento mineral do subsolo das terras ocupadas pelos índios. A CNBB e o CIMI mantiveram-se em silêncio.

Em O Globo, uma reportagem apresentou relatório do DNPM revelando que a Funai criou novas reservas indígenas exatamente em regiões onde o projeto Radam identificou grandes ocorrências minerais. Entre 1981 e 1986, as reservas cresceram mais de 16 milhões de hectares só na Amazônia. O jornal carioca ainda dava conta de manifestação do delegado Romeu Tuma, diretor da Polícia Federal, pedindo mais pressa na implantação do projeto "Calha Norte". Já o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, considerou o assunto "gravíssimo" e merecedor de uma manifestação do Conselho de Segurança Nacional.

De seu lado, o CORREIO publicava declarações do ministro da Justiça, Paulo Brossard, pedindo "rejeição sumária" para o "lobby" do Conselho Mundial das Igrejas e do CIMI em torno da soberania restrita. O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Romero Jucá, prometia agilizar os trabalhos que visam a controlar as atividades dos mais de 60 grupos religiosos que atuam junto aos índios no País. Uma matéria exclusiva do jornal denunciou a tentativa de envolvimento de alunos do primeiro grau de uma escola católica de Manaus na questão, a partir da distribuição de texto pelo professor de religião.

Em vários jornais do País, três das maiores entidades nacionais do setor de mineração publicaram nota oficial alinhando-se no repúdio à tese da soberania restrita e defendendo o aproveitamento mineral do subsolo indígena, com a divisão dos lucros dessa exploração com a própria comunidade.

14/8 — O Estadão analisa o texto das emendas apresentadas pelo CIMI à Constituinte e cruza seus termos com as recomendações da "Diretriz Brasil nº 4 — ano 0", editada pelo Conselho Mundial das Igrejas Cristãs, em 1981. Em suas emendas, o CIMI diz que "o Brasil é uma República Federativa e plurinacional...", acrescentando ainda que "os membros das nações indígenas possuem nacionalidades próprias, distintas entre si e da nacionalidade brasileira". O jornal considera provada a tentativa de alteração do Direito Constitucional brasileiro, abrindo-se caminho para o estabelecimento do conceito de soberania restrita.

Já O Globo revela que o Ministério da Justiça está investigando uma missão religiosa estrangeira que atua no norte de Goiás e opera um moderno e sofisticado equipamento de rádio, sem qualquer motivo aparente que justifique. O ministro Moreira Lima, da Aeronáutica, volta a criticar o movimento do CIMI, enquanto a Funai informa que muitas propostas de criação de novas reservas indígenas são apresentadas com "áreas exageradas" para demarcação.

No CORREIO, a CNBB volta a negar a existência do documento "Diretriz Brasil nº 4 — ano 0", enquanto o novo ministro do Interior, João Alves, pede um dossiê completo sobre o caso ao presidente da Funai. O jornal também revela que o senador Odacir Soares já preparou requerimento de informações, que a presidência da Assembléia Nacional Constituinte deverá enviar ao Ministro-Chefe da Casa Civil na próxima semana. No requerimento, o Senador pede informações a vários órgãos governamentais a respeito do CIMI, como a Secretaria da Receita Federal, o Banco Central e Ministérios do Trabalho e da Justiça.

15/8 — O Estadão publica um mapa do Brasil, elaborado na Alemanha e que está de posse do CIMI, revelando em detalhes as posições das reservas indígenas, ocorrências de minerais estratégicos e de alto valor comercial (ouro, etc.), grandes obras públicas feitas e planejadas, cidades e a delimitação política da Amazônia Legal. O jornal também publica com destaque a segunda nota oficial da CNBB, onde a entidade volta a defender o CIMI, negar todas as acusações e anuncia a decisão de processar o jornal paulista por "difamação".

Já O Globo traz novas informações do DNPM a respeito do envolvimento de áreas destinadas à mineração pela expansão "matreira" das áreas de reservas indígenas, gerando-se conflitos. O jornal carioca também noticia a nova manifestação da CNBB e apresenta entrevista do presidente da Funai, Romero Jucá, prometendo agilizar as atividades do órgão, a fim de retirar das reservas as missões religiosas que não estiverem trabalhando corretamente.

Essa mesma informação de Jucá aparece no CORREIO juntamente com a nota da CNBB e comentários de dom Luciano Mendes de Almeida, presidente da entidade, a respeito do noticiário de toda a semana.

Ao longo de toda a semana, O Estadão, O Globo e CORREIO acompanharam o assunto com mais intensidade. Jornais de outros Estados, principalmente do Norte, entraram no noticiário por meio das agências noticiosas. A Folha de S. Paulo e o Jornal do Brasil ignoraram o tema.

Trabalho escravo é denunciado

Sem que o Palácio do Planalto tenha divulgado uma posição oficial a respeito do problema, as denúncias em torno do trabalho do CIMI e da ação dos missionários juntos às comunidades indígenas no Brasil já começaram a provocar intensas discussões e a preparar efetivas mudanças, na relação do governo federal com essa questão.

A Fundação Nacional do Índio (Funai) reconheceu que já havia recebido muitas denúncias graves a respeito de procedimentos pouco ortodoxos por parte de missionários de algumas missões religiosas. As missões são quase 60 em atividade junto aos índios brasileiros. E algumas denúncias falam no uso de trabalho escravo pelos missionários, além de contrabando de pedras preciosas e arte indígena. O novo ministro do Interior, João Alves, pediu acompanhamento rigoroso do caso e a apresentação pela Funai de um elenco de medidas que permita um melhor controle governamental sobre essas atividades.

O Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal, também deverá ser acionado para realizar um controle mais efetivo sobre o ingresso de missionários no País, o trânsito dessas pessoas entre as fronteiras do Brasil com seus vizinhos, principalmente na Amazônia, além de acompanhar essas atividades na região Norte para salvaguardar os interesses nacionais. O governo, atualmente, não tem um controle real sobre todo esse trânsito e a atuação dos missionários.

Outra área que não tem um controle adequado dessa movimentação é a Secretaria de Imigração do Ministério do Trabalho. Pelo menos essa é a convicção do senador Odacir Soares (PFL-RO), que enviou ao Executivo um extenso requerimento de informações. O senador também acredita que o governo não consegue controlar o movimento de divisas que é feito pelo CIMI.

E antes mesmo que o questionário enviado pelo senador chegue ao Banco Central (na parte que toca ao órgão), funcionários do BC revelam que realmente é muito precária a contabilidade que o governo consegue ter sobre a movimentação de recursos (internos e externos das organizações religiosas em atividade no País. Com relação à moeda estrangeira, então, os ingressos registrados representam uma parte mínima do que efetivamente essas entidades movimenta. Essa é a sensação de veteranos funcionários do Banco Central.

A maior parte dos recursos é recebida a título de doações e na maioria dos casos internada sem qualquer registro oficial. São, portanto, divisas movimentadas no câmbio negro. Para provar essas suspeitas o governo teria que determinar rigorosas auditorias nesses órgãos, medida de difícil viabilidade política, em função da conhecida capacidade de provocar reações de protesto que as organizações da igreja tem.

Assessores do próprio Presidente José Sarney admitem que, no final, todas essas denúncias deverão realmente provocar mudanças em diversos setores da vida nacional. Dentro do governo, crescerá a consciência de que falta uma administração mais ordenada do trabalho dessas missões estrangeiras e do próprio CIMI.

Ao nível do Congresso Nacional, o episódio certamente deixará dificuldades maiores para o trânsito do "lobby" indigenista, enquanto mantiver propostas de criação de verdadeiros santuários e museus vivos nas comunidades indígenas. As conexões entre propostas de preservação e possíveis interesses estrangeiros poderão multiplicar-se de forma até desordenada.

Em termos da igreja, a movimentação dos missionários, o trabalho do CIMI e até a ação da Pastoral da Terra sofrerão mudanças de métodos e pessoas, no ritmo próprio da instituição e com sua peculiar discrição. Quanto às comunidades indígenas propriamente ditas... elas continuarão distantes de tudo isso, como sempre.